



DIREITOS HUMANOS E SAÚDE



EXPEDIENTE

DIRETOR EXECUTIVO DE KOINONIA:

RAFAEL SOARES DE OLIVEIRA

ASSESSORES DO EIXO DIREITOS DAS MULHERES E DA

POPULAÇÃO LGBTT:

ESTER LEITE LISBOA E ALEXANDRE

PUPO QUINTINO

REVISÃO: EQUIPE KOINONIA

DIAGRAMAÇÃO: EQUIPE DO EIXO DIREITOS DAS

MULHERES E

DA POPULAÇÃO LGBTT

REDAÇÃO: EQUIPE DO EIXO DIREITOS D
AS MULHERES E DA POPULAÇÃO LGBTT E

COLABORADORES

ILUSTRAÇÕES: DESIGNED BY FREEPIK

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA (2015-2017)

ALEXANDRE PUPO QUINTINO, ARIEL NOLASCO, CINTIA SPINDOLA, CLAIR APARECIDA DA SILVA SANTOS, ESTER LISBOA, FÁBIO ROCHA, GABRIELA DE JESUS OLIVEIRA, GIOVANNA COLACIOPPO, GUSTAVO FERREIRA, JOSÉ LUIS GOMEZ JUNIOR, MARIANNE CLEMENTE, MILLENA WANZELLER, NATÁLIA BLANCO, PAOLA SOUZA, RAMON REIS, SYMMY LARRAT, VERA LÚCIA DE CASTRO

OS TEXTOS DESTA PUBLICAÇÃO FORAM PRODUZIDOS PELA
EQUIPE TÉCNICA DO
PROGRAMA TRANSCIDADANIA (2015-2017)



KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO
RUA SANTO AMARO, 129 - GLÓRIA | CEP: 22211-230 - RIO DE JANEIRO - RJ | TEL.: (21) 3042-6445;
RUA BARÃO DE ITAPETINGA, 120 SALA 307 - REPÚBLICA | CEP: 01042-020 SÃO PAULO - SP | TEL.: (11)
3667-9570; TRAVESSA DA AJUDA, S/Nº, EDIFÍCIO MARTINS
CATHARINO, SL.705 - CENTRO | CEP: 40020-030 - SALVADOR - BA | TEL.: (71) 3266-3480

MAIO 2017



PREFÁCIO

RAFAEL SOARES DE OLIVEIRA

DIRETOR EXECUTIVO

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

Os caminhos de KOINONIA se cruzaram com as causas de gênero e sexualidade há vinte anos.

É de justiça que tratamos, quando os ventos mais transversos da sociedade sopram sobre a vida da população T (mulheres transexuais, travestis e homens trans). Pessoas que deveriam ser vistas com igualdade, acolhidas e cuidadas com dignidade, acima de tudo. Mas a realidade, muito diferente disso, precisa de mudança. Uma atitude de escuta e de solidariedade são necessárias, para que seja presente a justiça e o pleno direito.

Nesse ponto nos encontramos, nossa comunidade de serviço - KOINONIA, a busca da cidadania trans e o reconhecimento pelo Estado, num Programa piloto, pioneiro e desafiador, da Prefeitura Municipal de São Paulo, levado à cabo por sua Secretária de Direitos Humanos e Cidadania.

Em mais de 450 dias de convivência, o Programa buscou oferecer para essas cidadãs e cidadãos um conjunto de informações que lhes conferisse um arcabouço de referências. Estava em jogo construir um ambiente de trocas de saberes.

Houve um trabalho minucioso de colocar pessoas que se dispusessem a ouvir e, ao mesmo tempo, tivessem a capacidade

de comunicar-se dentro daquela diversidade de sons, sendo mais que especialistas em direitos e em pesquisas sobre o universo T, transmutando a exclusão em mudança. Construir um curso de Direitos Humanos e Cidadania, com a intenção de superar uma cidadania precária, exigiu aprendizados e arriscar um pouco para não errar muito - o que para nós era proibido. Afinal, aquelas pessoas em destaque estavam em primeiro lugar e mereciam nossos melhores acertos.

Nada poderia estar naturalizado diante do grupo. Desde o conceito de belo, de tempo, de lazer, de educação, passando por o que é a violência até chegar a noções construídas em conjunto sobre o que são os direitos humanos como um modo de vida. Na multidisciplinaridade de nossas abordagens e nas relações entre educandas e educadoras se consolidaram sínteses democraticamente compartilhadas. Experiências estéticas e com esteticistas, cinematecas, visitas e acompanhamentos a debates na Câmara de Vereadores, se somaram às muitas horas/aulas pactuadas. A corresponsabilidade entre educandas e educadoras estabelece um contrato social - presenças anotadas e compromissos de comparecimento.

Fizemos história, não só com a contribuição de KOINONIA, mas com as pessoas cidadãs trans protagonizando nossos avanços e pequenos percalços. Todas as equipes envolvidas pelas Secretarias Municipais: Direitos Humanos, Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Mulheres e até mesmo o gabinete da prefeitura, se viram diante do novo em construção, dentro das estruturas do Estado e em meio aos tiroteios midiáticos de toda sorte de preconceitos. Essa novidade alcançou status para ser multiplicada. E esse é o ponto de chegada de nossa esperança.

Não é praxe, no cotidiano e nas hierarquias do Estado e da sociedade, a possibilidade de construir cuidado com a população T. Protagonistas que foram, sem dúvida reconhecem nossa contribuição e algumas traduções importantes que fizemos, para que tivessem acesso ao mundo que as excluiu da cidadania, mesmo tendo deveres para as incluir.

Estamos no mundo não mais como gente levada pelo vento dos poderes da desinformação, da guetificação e da exclusão. Aprendemos como colaborar. Aprenderam como se reconhecer como pessoas que são sujeitos de direitos, diante do Estado e da sociedade.

Todas nós, trans-formadas na partilha da educação, podemos aproveitar dos novos ares, içar velas e seguir adiante, ainda que com lutas, num novo cotidiano, capazes de levar essa experiência para muitas outras brasileiras.

Aquí estamos no barco de um programa bem-sucedido, que pode navegar em busca da sua multiplicação. Bons ventos nos levem.

INTRODUÇÃO

SYMMY LARRAT

Após, dois anos de uma experiência tão intensa como o Transcidadania, podemos chegar a uma conclusão: Mudamos São Paulo. A cidade mais procurada por pessoas Trans como refúgio ou sobrevivência, também é uma das mais violentas. Porém foram dois anos em que pela primeira vez esta população foi cuidada de forma tão intensa e que a gestão pública.

O Brasil e o mundo ignoram a existência e os direitos da população Trans ao negar-lhes o reconhecimento das suas identidades de gênero. Esse fato promove um cenário de exclusão imenso e de falta de dados acerca destas pessoas. Apesar dessas limitações, algumas características da população trans são facilmente identificadas e constatadas durante estes dois anos de experiência no Transcidadania: a baixa escolaridade, resultante do elevado índice de evasão escolar de adolescentes travestis e transexuais por sobrevivência ou fuga das violações sofridas no espaço escolar; a alta taxa de desemprego, o que pode ser explicado pelo fato de o mercado de trabalho ser extremamente excludente e transfóbico e pela não vivência escolar de pessoas trans impondo a mulheres trans e travestis, recorrerem à prostituição como única alternativa de sobrevivência e impondo sub-empregos a homens trans; e a ausência de utilização e confiança nos serviços públicos básicos de cidadania por serem estes espaços replicadores de violações transfóbicas.

Nossos desafios eram enormes, resgatar a confiança, nestas pessoas, de que podiam ocupar estes lugares dos quais foram renegadas e convencer servidores públicos a

“
**O BRASIL E O MUNDO
IGNORAM A EXISTÊNCIA E
OS DIREITOS DA POPULAÇÃO
TRANS AO NEGAR-LHES O
RECONHECIMENTO DAS SUAS
IDENTIDADES DE GÊNERO.**

”



tratarem com o cuidado especializado que estas pessoas precisam para que superassem algumas situações de vulnerabilidade e falta de oportunidades e pudessem lutar com mais força pela sua existência, num mundo que nega sua essência. Era necessário que a maior cidade do Brasil desse o primeiro passo para pagar a dívida histórica que o país tem com a população T e livrar-se da transfobia em seu DNA.

O primeiro passo era apresentar-lhes a Cidadania, não como um favor, mas como um direito que lhes foi negado. O Curso de Cidadania e Direitos Humanos dialogou com conceitos de Estado, papel dos poderes, legislações, política, poder, classe, raça, gênero, direitos, constituição e outros temas que trouxeram a estas pessoas a compreensão de que lugar elas estão e do direito de ocupar todos os lugares que elas quiserem. A partir

daí queríamos escancarar a porta desta tal de Cidadania e nos enxergarmos nestes espaços: Escola, ambulatórios, unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência da Assistência social, abrigos e tantos outros lugares antes observados tornaram-se lugar comum. E fomos além, ocupamos conselhos, organizações, Câmara Municipal, Gabinete do Prefeito. A gestão pública começou a conviver com esta população e a pensar fluxos e normas para o atendimento a esta população.

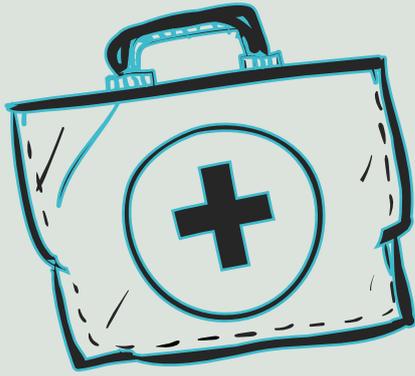
Fizemos história, cada título tinha um motivo, cada cimento uma estória, cada acabamento uma comemoração. Queremos de maneira breve nestas cartilhas dividir esta experiência com você, para que estes dois anos se transformem em outras experiências e que mais pessoas tenham acesso a estas transformações.

A POPULAÇÃO TRANS E O ACESSO À SAÚDE

A Lei Orgânica de Saúde nº 8.080/90 apresenta, em seu terceiro artigo, o conceito ampliado de saúde, reconhecendo que a saúde “não é apenas a ausência de doenças”, mas resultante das “condições

A IMPLANTAÇÃO DA HORMONIOTERAPIA NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde” (Brasil, 1990). A partir desse prisma, múltiplas causas são expostas na determinação do adoecimento da população LGBT. Lionço sinaliza a necessidade de políticas públicas de saúde para essa população, “mediante



a reflexão e o reconhecimento da condição de vulnerabilidade em relação aos direitos humanos” (2008, p.12).

A população LGBT – lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – é vulnerável quanto ao atendimento de seus direitos humanos, incluindo o acesso aos serviços públicos de saúde. A partir da eminente necessidade de formação dos agentes da saúde no tema LGBT, assim como da elaboração de ações voltadas para as demandas específicas dessa população, é nossa intenção contribuir para a reflexão sobre alguns dos fatores que podem interferir de maneira substancial no processo de saúde da população LGBT. Aprofundamo-nos sobre algumas das questões próprias a cada segmento, sublinhando a importância da atenção dos profissionais da saúde frente às reações em cadeia que implicam o processo de vulnerabilidade e que conduzem ao adoecimento dessa população

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem sua marca no reconhecimento de que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social a que está exposta a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Devido à discriminação e ao preconceito ainda presentes na sociedade, a população LGBT enfrenta iniquidades e

vulnerabilidades em saúde.

Compreende-se a hormonioterapia como um procedimento importante disponibilizado à população trans, uma vez que possibilita modificações corporais, com o intuito de adequarem-se os atributos físicos, sendo realizada através da utilização de estrógeno ou testosterona, podendo ser utilizada para ambos os sexos, a partir dos 18 anos até, no máximo, 75 anos.

No Protocolo de Tratamento Hormonal no Processo Transsexualizador para Travestis e Transexuais, ficou estabelecido que a linha de cuidado à população trans previa o acolhimento, atendimento, avaliação médica e psicológica, a serem realizados na recepção das UBS's de referência, em que teriam avaliação endocrinológica e tratamento hormonal transsexualizador e, caso desejassem, também seriam encaminhadas(os) ao Centro Especializado de Reabilitação (CER) para avaliação e terapia fonoaudiológica.

Percorrendo os avanços do SUS, é possível observar que, de forma lenta, medidas têm sido adotadas na perspectiva de possibilitar o acesso da população trans aos direitos que, frequentemente, lhe são



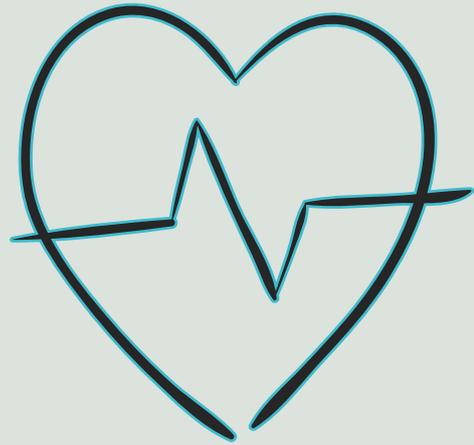


negados.

Para atender a população Trans, se faz necessário alguns questionamentos, como por exemplo: Como se dá o acesso da população trans aos serviços de saúde? Como se daria o início da hormonioterapia ofertado pelo município, sendo este procedimento antes apenas ofertado pelo estado? Estariam os profissionais de saúde capacitados a receber essa população com qualidade, acolhimento e humanização ou estariam engessados em uma concepção e prática embasada no binarismo homem ou mulher? As UBS's teriam psicólogos disponíveis para o atendimento e acompanhamento dessas(os) usuárias(os) para a elaboração dos pareceres psicológicos, ou teriam que contar, neste momento de implantação, com o trabalho dos psicólogos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania? Teriam as(os) usuárias(os) o seu nome social respeitado no Cartão SUS e prontuário de atendimento, conforme previsto na Portaria nº1.820 de 2009 de São Paulo ou seriam estas(es) alvos de transfobia institucional? A população trans chega a acessar a atenção básica à saúde?

Diversas são as indagações, mas duas perguntas são centrais: a nossa atuação seria garantir os direitos de acesso integral à saúde à população trans, mas de que forma queríamos construir este processo? Limitaríamos a nossa prática a meros "Encaminha-Dores"?

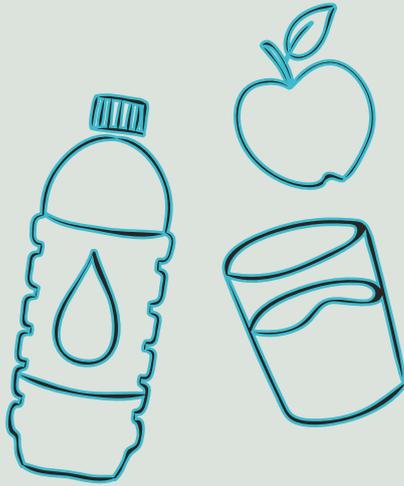
Por tratar-se de um serviço pioneiro, tínhamos um protocolo norteador para a implantação deste procedimento, mas que precisou ser revisto para dialogar com a realidade das(os) usuárias(os) do Transcidadania. Foi então que, em setembro de 2015, iniciamos reuniões com a Coordenadoria Regional de Saúde - Centro, na perspectiva de desenharmos o fluxo para além do encaminhamento, mas do



acompanhamento das(os) usuárias(os) no processo de hormonioterapia.

Era necessário construir um ambiente favorável para o diálogo através de uma vivência que possibilitasse a experiência de uma relação horizontal entre profissionais de saúde e usuárias(os). Na leitura do termo de esclarecimento e responsabilidade sobre terapia hormonal transexualizadora, foi necessário ficarmos atentos às pessoas não alfabetizadas e decodificar a linguagem do termo para melhor compreensão da(o) usuária(o). Foi possível constatar que muitas usuárias(os) não acessavam a atenção básica. A maioria que já tinha passado em consulta médica tinha algum relato de vivência discriminatória e traumática praticado pelos profissionais de saúde e/ou outros usuários, provocando, deste modo, enorme constrangimento, ansiedade e até mesmo que se evitasse frequentar o espaço. Muitas não sabiam que ter o nome social no Cartão SUS é um direito e não favor.

Iniciamos o fluxo da hormonioterapia (clínico geral - solicitação de exames - atendimento com psicólogo para construção/ elaboração do parecer - endocrinologista - prescrição da hormonioterapia válida por seis meses). Identificamos e providenciamos o Cartão SUS para aquelas(es) que não tinham e para aquelas(es) que queriam incluir o nome social neste documento.



Concomitante aos avanços, também tivemos que lidar com vários desafios, como: a construção/elaboração de todos os pareceres psicológicos para início do uso do hormônio, uma vez que, neste primeiro momento o SUS não disponibilizou psicólogos para esta finalidade. Tivemos que fazer o agendamento de consultas com o clínico geral e fonoaudióloga, diante do alto índice de absentéismo na consulta com a endocrinologista, ficamos também responsáveis pelo reagendamento dessas consultas.

A maioria das(os) usuárias(os) iniciava o processo da hormonioterapia, mas não concluía o tratamento que era interrompido entre a realização de exames e o retorno à endocrinologista.

Os grupos tiveram a presença não apenas da endocrinologista e fonoaudióloga, mas contaram também com a participação dos agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, médicos e psicólogas. A partir deste momento, as psicólogas das UBS's passaram a ser as responsáveis pelo atendimento, construção e elaboração do parecer psicológico das(os) usuárias(os) encaminhadas(os) pelo Transcidadania. As(os) participantes do grupo saíam na mesma data com agendamento para o clínico geral, endocrinologista e psicóloga.

Fez-se e ainda faz-se necessário, a todo

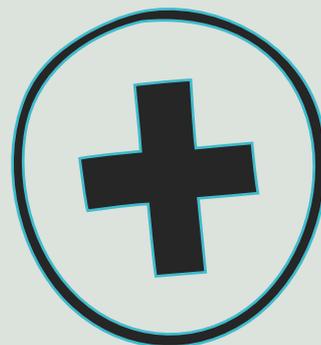
momento, revisitar a prática profissional e o modelo de saúde vigente, para que deste modo, possamos de fato estruturar, ampliar, aprimorar e garantir o acesso da população trans aos serviços públicos, em específico à atenção básica, porta de entrada de todo cidadão ao SUS.

A fim de promover melhorias na situação de saúde dessa população, diversas ações vêm sendo implementadas, entre elas:

- Alteração da ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). A partir da versão 5.0 do Sinan essa ficha conta com campos para preenchimento do nome social (quando houver), identidade de gênero e orientação sexual da pessoa que foi agredida. Também foi incorporado um campo para identificação da violência por motivação homo/lesbo/transfóbica.

- Alteração no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB (e-SUS AB) para que a partir da versão 1.3.0, a Ficha de Cadastro Individual conte com um campo para o nome social no prontuário eletrônico do cidadão (PEC). Essa ficha também possui um campo para preenchimento da identidade de gênero e orientação sexual do usuário.

Desenvolvimento do Módulo de Educação à Distância (EAD) sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, em parceria com a UNASUS e a UERJ. O curso é gratuito e pode ser acessado em: www.



unasus.gov.br/politica-de-saude-lgbt

- Desenvolvimento da pesquisa “Análise do acesso e da qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT no SUS”, em parceria com a UNB (Coordenação Executiva) e pesquisadores de diversos estados. A pesquisa ainda encontra-se em andamento e suas atividades podem ser acompanhadas em: www.nesp.unb.br/saudelgbt

- Inclusão do nome social de travestis e transexuais no Cartão do Sistema Único de Saúde (Cartão SUS) - Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles o direito ao uso do nome social.

- Publicação da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefine a ampla

o Processo Transexualizador no SUS. Saiba mais na página da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

- A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde Da Mulher tem como premissa o direito à saúde e o respeito às diretrizes do SUS no atendimento a todas as mulheres um dos objetivos dessa política é contribuir para a redução da morbidade e da mortalidade femininas no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie. Saiba mais na página da Coordenação-Geral da Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde.



ENDEREÇOS ÚTEIS:

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Assistência Médica Ambulatorial (AMA)

Centro:

AMA Sé:

Rua Frederico Alvarenga, 259 - Parque Dom Pedro II

(11) 3101-2344 (11) 3101-3013

Leste:

AMA Hospitalar Tide Setúbal:

Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123 - São Miguel Paulista

(11) 2956-9099 (11) 2058-4364

Norte:

AMA Especialidades Vila Izolina

Mazei:

Rua Orlando Ribeiro Dantas, 154 A - Vila Izolina Mazzei

(11) 2201-6586 (11) 2212-6030

Oeste:

AMA Sorocabana:

Rua Catão, 380 - Vila Romana
(11) 3879-3090

Sul:

AMA Santa Cruz:

Rua Pedro Toledo, 309 - Vila Clementino
(11) 5339-0862 (11) 5082-1072

Centro de Acolhida (CA):

Centro:

CA Casa1 (para homens T):

Rua Condessa de São Joaquim, 277 - Bela Vista

CA Florescer (para mulheres T):

Rua Prates, 1101 - Bom Retiro
(11) 3228-0502

CA Lygia Jardim:

Rua São Domingos, 39/51 - Bela Vista
(11) 3106-0737

CA Nova Vida:

Rua Francisca Miquelina, 343 - Bela Vista

(11) 3106-2041

Norte:

CA Zaki Narchi III:

Avenida Zaki Narchi, 600 - Carandiru
(11) 2221-2144

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Centro:

CAPS Álcool e Drogas (AD) III -

Complexo Prates:

Rua Prates, 1101 - Bom Retiro
(11) 3229-8192 (11) 3229-8563

CAPS Adulto II Sé:

Rua Frederico Alvarenga, 259 - Parque
Dom Pedro II
(11) 3104-4792 (11) 3101-9611

CAPS AD III - Sé:

Rua Frederico Alvarenga, 259, 2º andar -
Parque Dom Pedro II
(11) 3101-2344 (11) 3101-3013

Leste:

CAPS AD II São Miguel:

Rua Taiuvinha, 200 - Vila Jacui
(11) 2031-6956

CAPS Adulto II São Miguel:

Rua Antônio de Siqueira, 505 - Parque
Cruzeiro do Sul
(11) 2956-8047

Norte:

CAPS AD III Santana:

Avenida Leôncio de Magalhães, 226 -
Santana
(11) 2950-0803 (11) 2950-0803

CAPS Adulto III Mandaqui:

Rua Dr. Luís Lustosa da Silva, 369 -
Mandaqui
(11) 2979-0923

Oeste:

CAPS AD II Vila Madalena:

Rua Heitor Penteado, 1448 - Sumaré
(11) 3862-1385 (11) 3868-4659

CAPS Adulto II Perdizes - Manuel

Munhoz:

Rua Dr. Cândido Espinheira,
616 - Perdizes
(11) 3672-2000 (11) 3673-9428

Sul:

CAPS AD II Santo Amaro:

Rua Bela Vista, 269 - Santo Amaro
(11) 5522-4833 (11) 5523-3566

CAPS Adulto III Santo Amaro:

Rua Paula Cruz, 71 - Jardim Dom Bosco

(11) 5686-6076

Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD):

Rua Prates, 165 - Bom Retiro
(11) 33290-4455

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Centro:

CRAS Sé:

Avenida Tiradentes, 749 - Luz
(11) 3313-1014 (11) 3396-3500

Leste:

CRAS São Miguel Paulista:
Rua Dr. José Guilherme Eiras, 182 - São
Miguel Paulista
(11) 2032-6367

Norte:

CRAS Jaçanã:
Avenida Guapira, 2145 - Vila Constança
(11) 2242-4047

Oeste:

CRAS Lapa:

Rua Caio Graco, 421/423 - Lapa
(11) 3672-5994

Sul:

CRAS Santo Amaro:

Rua Padre José de Anchieta, 802 -
Santo Amaro
(11) 5524-4000

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Centro:

CREAS Sé:

Rua Bandeirantes, 55 - Bom Retiro
(11) 2383-4480 (11) 3311-0920

Leste:

CREAS Itaim Paulista:

Rua Celso Barbosa de Lima, 501/503 -
Jardim Silva Teles
(11) 2156-3814 (11) 2569-2802

Norte:

CREAS Jaçanã/Tremembé:

Avenida Mário Pernambuco, 43/45 -
Tremembé
(11) 2203-1443 (11) 2261-1314

Oeste:

CREAS Pinheiros:

Rua Mourato Coelho, 104/106 -
Pinheiros
(11) 3063-0807

Sul:

CREAS Santo Amaro:

Rua Padre José de Anchieta, 802 -
Santo Amaro
(11) 5524-1305

Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)**Centro:****CTA DST/AIDS Henfil - Henrique de Souza Filho:**

Rua Líbero Badaró, 144 - Centro
(11) 3241-2224

Leste:**CTA DST/AIDS Cidade Tiradentes:**

Rua Luis Bordese, 96 - Cidade Tiradentes
(11) 2282-7055 (11) 2964-0784

CTA DST/AIDS Guaianases:

Rua Centralina, 168 - Guaianases
(11) 2554-5312

CTA DST/AIDS Sérgio Arouca:

Rua Valente de Novais, 132 - Itaim Paulista
(11) 2561-3052 (11) 2963-3458

CTA DST/AIDS Mooca:

Rua Taquari, 549 - Mooca
(11) 2694-3338

CTA DST/AIDS São Mateus:

Avenida Mateo Bei, 838 - São Mateus
(11) 2919-0697

CTA DST/AIDS São Miguel:

Rua Engenheiro Manuel Osório, 151 -
São Miguel Paulista
(11) 2097-6052

Norte:**CTA DST/AIDS Pirituba:**

Avenida Dr. Felipe Pinel, 12 - Pirituba
(11) 3974-8569 (11) 3974-8580

Sul:**CTA DST/AIDS Parque Ipê**

Rua Francisco Antunes Meira, 155 -
Parque Ipê
(11) 5842-8962

CTA DST/AIDS Santo Amaro:

Rua Promotor Gabriel Nettuzzi Perez,
159 - Santo Amaro
(11) 5686-9960 (11) 5686-1475

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo:

Rua General Jardim, 36 - Vila Buarque
(11) 3397-2000

Serviço de Assistência Especializado em DST/AIDS (SAE-DST/AIDS)**Centro:****SAE-DST/AIDS Campos Elíseos:**

Alameda Cleveland, 374 - Campos Elíseos

(11) 3331-1216 (11) 3331-1317

Leste:**SAE-DST/AIDS Cidade Líder II:**

Rua Medio Iguazu, 86 - Cidade Líder
(11) 2748-1139

SAE-DST/AIDS Fidelis Ribeiro:

Rua Peixoto, 100 - Ponte Rasa
(11) 2621-0217 (11) 2621-4756

SAE-DST/AIDS Hebert de Souza - Betinho:

Avenida Arquiteto Vilanova Artigas,
515 - Jardim Sapopemba
(11) 2704-7095 (11) 2704-3341

SAE-DST/AIDS Vila Prudente -**Shirlei Mariotti Gomes Coelho:**

Praça Centenário da Vila Prudente,
108 - Vila Prudente
(11) 2061-7836

Norte:**SAE-DST/AIDS Santana - Marcos Lutemberg:**

Rua Dr. Luís Lustosa da Silva, 339 -
Vila Mandaqui

(11) 2977-7739 (11) 2950-9217

Oeste:**SAE-DST/AIDS Lapa - Paulo César Bonfim:**

Rua Tomé de Souza, 30 - Lapa
(11) 3832-2386 (11) 3832-2551

SAE-DST/AIDS Butantã:

Avenida Corifeu de Azevedo Marques,
3592 - Butantã

(11) 3768-1523 (11) 3768-2168

Sul:**SAE-DST/AIDS Cidade Dutra:**

Rua Cristina Vasconcelos Ceccato,
109 - Cidade Dutra

(11) 5666-8386 (11) 5666-8301

SAE-DST/AIDS Ipiranga - Dr. José Francisco de Araújo:

Rua Gonçalves Ledo, 606 - Ipiranga
(11) 2273-5073

SAE-DST/AIDS M'Boi Mirim:

Rua Deocleciano de Oliveira Filho,
641 - Parque Santo Antônio

(11) 5515-6207

SAE-DST/AIDS Ceci:

Avenida Ceci, 2235 - Planalto Paulista
(11) 2276-9719

Unidade Básica de Saúde (UBS)**Centro:**

UBS República:

Praça da Bandeira, 15 - República
(11) 3101-0812 (11) 3104-7442

UBS Santa Cecília (hormonioterapia):

Rua Vitorino Carmilo, 599 - Campos
Elíseos
(11) 3826-0096 (11) 3826-7970

UBS Sé:

Rua Frederico Alvarenga, 259 - P
arque Dom Pedro II
(11) 3101-2344 (11) 3101-3013

Leste:**UBS Cidade Nova São Miguel**

Avenida Moacir Dantas Itapicuru,
1008 - São Miguel Paulista
(11) 2051-3560

Norte:**UBS Vila Izolina Mazzei:**

Rua Orlando Ribeiro Dantas, 154 -
Vila Izolina Mazzei
(11) 2201-6586 (11) 2212-6030

Oeste:**UBS Vila Romana:**

Rua Vespasiano, 679 - Vila Romana
(11) 3672-0911 (11) 3862-4102

Sul:**UBS Santo Amaro - Sr. Sérgio****Villaça Braga:**

Rua Conde de Itu, 359 - Santo Amaro
(11) 5687-3367 (11) 5523-9449

Todos os endereços dos serviços municipais de saúde podem ser acessados em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/organizacao/Unid_Munic_Saude_Zona.pdf

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/cras/index.php?p=1906

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/creas/index.php?p=2003

EDUCAÇÃO

Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA)**CIEJA Cambuci:**

Rua Cesário Ramalho, 111 - Cambuci

(11) 3399-4213

CIEJA Campo Limpo:

Rua Cabo Estácio da Conceição, 176 -
Parque Maria Helena
(11) 5816-3701

CIEJA Ermelino Matarazzo:

Avenida Paranaguá. 1954 - Ermelino
Matarazzo
(11) 2546-1603

CIEJA Iguatemi:

Avenida Ragueb Chohfi, 3747 -
Jardim Três Marias
(11) 2059-8858

CIEJA Santana/Tucuruvi:

Rua Coronel João da Silva Feijó, 34 -
Mandaqui
(11) 2233-2170

ciejamandaqui@prefeitura.sp.gov.br

Escolas Estaduais (EE):**Centro:****EE Caetano de Campos:**

Rua João Guimarães Rosa, 111 -
Consolação
(11) 3259-5312

Leste:**EE Pedro Taques:**

Rua Comandante Carlos Ruhl,
56 - Guaianazes
(11) 2557-9714

EE Professor Pedro Moreira Matos:

Rua Rafael Zimbardi, 38 - Jardim Nair
(11) 2297-1300

Sul:**EE Professor Roldão Lopes de Barros:**

Rua Colônia da Glória, 580 - Jardim
da Glória
(11) 5549-8557

EE Professora Luzia Salette Junca de Almeida:

Avenida Deputado Cantídio Sampaio,
1701 - Jardim Elisa Maria
(11) 3982-2244

EE Professora Veridiana Camacho Carvalho Gomes

Rua Carlos dos Santos, 781 - Jardim Brasil
(11) 2242-6177

EE Teruko Ueda Yamaguti:

Rua Amadeu Giusti, 52 - Jardim Santa
Cruz/Sacomã
(11) 2334-2996

Escolas Municipais de Ensino Fundamental

(EMEF):

EMEF Arquiteto Vilanova Artigas:

Rua Guarantã, s/n - Parque dos Bancários
(11) 2703-5946

EMEF Celso Leite Ribeiro Filho:

Rua Humaitá, 480 - Bela Vista
(11) 3241-5519

EMEF Dr. Elias de Siqueira Cavalcanti:

Avenida Inajar de Souza, 700 - Freguesia do Ó
(11) 3931-0100

EMEF Plínio Salgado:

Rua Clarissa, s/n - Jardim Eliana
(11) 5933-6221

EMEF Prof. Carlos Pasquale:

Avenida Barão de Alagoas, 223 -
Itaim Paulista
(11) 2963-8634

Escolas Particulares:

Colégio Santa Maria:

Avenida Sargento Geraldo Santana, 901
- Jardim Taquaral
(11) 2198-0600
santamaria@colsantamaria.com.br

Escola Beit Yaacov:

Avenida Marquês de São Vicente, 1748 -
Várzea da Barra Funda
(11) 3611-0055

Escola Chibata Miyakoshi:

Rua Eduardo de Martino, 72 -
Cidade São Mateus
(11) 2919-1657

Organizações não governamentais (ONG):

Ação Educativa:

Rua General Jardim, 660 - Vila Buarque
(11) 3151-2333
acaoeducativa@acaoeducativa.org

Uneafro Brasil:

Rua Abolição, 167 - Bela Vista
(11) 3105-2516
uneafrobrasil@gmail.com

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo:

Praça da República, 53 - República
0800 770 0012

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo:

Rua Borges Lagoa, 1230 -
Vila Clementino - CEP:04038003
<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br>

DIREITOS HUMANOS

Centro de Cidadania LGBT (CCLGBT):

Região Centro - CCLGBT Arouche:

Rua do Arouche, 23, 4º andar - República
De segunda a sexta-feira, das 9h às 19h
(11) 3106-8780

cclgbtarouche@gmail.com

Região Leste - CCLGBT Laura Vermont:

Avenida Nordestina, 496 - São
Miguel Paulista

De segunda a sexta-feira, das 9h às 19h
(11) 2033-1156

centrolgbtleste@prefeitura.sp.gov.br

Região Norte - CCLGBT Luana Barbosa dos Reis:

Avenida Plínio Pasqui, 186 - Parada Inglesa
De segunda a sexta-feira, das 9h às 19h
(11) 2949-2781

centrolgbtnorte@prefeitura.sp.gov.br

Região Sul - CCLGBT SUL:

Rua Dr. Carlos Augusto de Campos, 133 -
Santo Amaro

De segunda a sexta-feira, das 9h às 19h
(11) 5523-0413 (11) 5523-2772

centrolgbtsul@prefeitura.sp.gov.br

Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD):

R. Maj. Sertório, 292 - República
(11) 3151-5786

Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço:

R. Barão de Itapetininga, 120 sala 307 -
República
(11) 3667-9570

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo:

Rua Líbero Badaró, 119 - Centro
(11) 3113-9601 (11) 3113-9602
smdhcgabinete@prefeitura.sp.gov.br

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo:

Rua Líbero Badaró, 293, 8º andar, Blocos
A, B, C e D - Centro
(11) 2363-9400

Secretaria Municipal do Trabalho de São Paulo:

Avenida São João, 473, 4º e 5º
andar - Centro
(11) 3224-6000

JURÍDICO

(Principalmente para o encaminhamento do processo de retificação do registro civil)

Defensoria Pública

Rua Boa Vista, 150, Edifício Cidade

IV - Centro

De segunda a sexta-feira, das 7h às 19h

0800 773 4340

Ministério Público

Rua Riachuelo, 115 - Centro

Das 9h às 19h

(11) 3119-9000

Grupo de Estudos em Direito e Sexualidade da Faculdade de Direito da USP (GEDS-FD):

Largo São Francisco, 95 - Centro

(11) 3111-4000

